



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006611-78.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Solange Fernandes Pereira**
 Requerido: **Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por **Solange Fernandes Pereira** contra o **Estado de São Paulo** e o **Município de São Carlos**, sob o fundamento de que foi acometida por um tumor mucinoso, tendo sido submetida, em meados de 2009, à exenteração pélvica posterior, com amputação abdomino-perineal do reto, e a uma colostomia abdominal definitiva, motivo pelo qual necessita, mediante prescrição médica (fls. 17-18), do uso contínuo de obturador de colostomia com diâmetro de 35 a 45 mm e kit de irrigação Coloplast, cujo fornecimento foi interrompido pela rede pública e não tem condições de adquirir por ser economicamente hipossuficiente.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 9-18.

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 19-20, e a autora comunicou não ter recebido os itens requeridos (fls. 38-39/51-52).

Houve a interposição de agravo de instrumento.

Foi comunicado o bloqueio de valores às fls. 65-73.

A autora comunicou que o seu estado de saúde é grave (fl. 78), seguido pelo levantamento judicial e aquisição dos itens (fls. 87-89).

Em contestação às fls. 90-93, a FESP argumenta que: o equipamento em questão não é uso comum de pacientes estomizados e não está previsto o seu fornecimento pelo Ministério da Saúde; inexistem recursos financeiros para a satisfação de todas as necessidades sociais; nas ações judiciais em que se pleiteiam medicamentos, o Poder Judiciário deve considerar a escassez de recursos.

O Município apresentou contestação às fls. 95-97, na qual sustenta, em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

resumo, que: o material requerido pela autora não está incluído em padronização municipal; o SUS fornece o kit de irrigação, bastando o comparecimento da autora ao Centro Municipal de Especialidades Médicas – CEME; o obturador já foi adquirido.

Juntou documentos às fls. 98-101.

Documentos acostados às fls. 105-106.

Houve réplica (fls. 108-112).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhimento.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa da declaração de necessidade de fl. 10, tanto que assistida pela Defensoria Pública.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional. Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

A importância do obturador e do kit de irrigação foi atestada pelo médico que assiste a autora (fls. 17-18), em vista das cirurgias a que se submeteu.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para o fornecimento contínuo de obturador de colostomia com diâmetro de 35 a 45 mm e kit de irrigação Coloplast, devendo a autora apresentar relatórios semestrais a fim de comprovar a necessidade de continuidade do tratamento, bem como as receitas médicas sempre que solicitadas.

Diante da sucumbência, condeno os requeridos ao pagamento das custas processuais.

Condeno o Município de São Carlos ao pagamento de honorários advocatícios que fixo, por equidade, em vista da repetitividade da matéria e pouca complexidade, em R\$ 110,00 (cento e dez reais), pelo fato de que a ação inicialmente foi necessária, já que houve resistência em se fornecer os materiais pretendidos.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de a autora ser assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”. Os requeridos são isentos de custas, na forma da lei.

P. R. I. C.

São Carlos, 01 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**